



2449 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 02 - Ensino Médio

O Exame Nacional do Ensino Médio, as práticas de governo e a condução de condutas dos sujeitos escolares
Marília Bervian Dal Moro -
Gicele Weinheimer - PPGEDU/UFRGS
Camila da Silva Fabis - PPGEDU/UFRGS

O trabalho é fruto de uma pesquisa que examinou alguns dos efeitos produzidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sobre propostas pedagógicas de escolas de Educação Básica. Para isso foram selecionadas reportagens sobre instituições que buscaram qualificar os resultados de seus estudantes no Exame, e, por consequência, seus índices de aproveitamento no *ranking* do Exame. Os aportes teóricos do estudo se apoiam em conceitos foucaultianos, principalmente na ferramenta da governamentalidade. Os materiais empíricos produzidos contemplam cinco reportagens originadas do Portal G1, do Jornal Estadão, do Jornal O Globo e da Revista Direcional Escolas, considerada uma revista para gestores escolares. Em comum, as publicações traziam exemplos de escolas preocupadas com o desempenho dos seus estudantes e, por consequência, com os resultados gerais da instituição no Enem. Percebemos, com a análise do material empírico, que algumas práticas de governo foram operadas nas escolas das reportagens por meio de alterações curriculares e outras estratégias, e estas corroboram com a ideia de que o Enem é uma avaliação externa que gera efeitos nas condutas dos sujeitos escolares, sejam eles gestores, professores ou estudantes envolvidos com este Exame.

O Exame Nacional do Ensino Médio, as práticas de governo e a condução de condutas dos sujeitos escolares

Resumo: O trabalho é fruto de uma pesquisa que examinou alguns dos efeitos produzidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sobre propostas pedagógicas de escolas de Educação Básica. Para isso foram selecionadas reportagens sobre instituições que buscaram qualificar os resultados de seus estudantes no Exame, e, por consequência, seus índices de aproveitamento no *ranking* do Exame. Os aportes teóricos do estudo se apoiam em conceitos foucaultianos, principalmente na ferramenta da governamentalidade. Os materiais empíricos produzidos contemplam cinco reportagens originadas do Portal G1, do Jornal Estadão, do Jornal O Globo e da Revista Direcional Escolas, considerada uma revista para gestores escolares. Em comum, as publicações traziam exemplos de escolas preocupadas com o desempenho dos seus estudantes e, por consequência, com os resultados gerais da instituição no Enem. Percebemos, com a análise do material empírico, que algumas práticas de governo foram operadas nas escolas das reportagens por meio de alterações curriculares e outras estratégias, e estas corroboram com a ideia de que o Enem é uma avaliação externa que gera efeitos nas condutas dos sujeitos escolares, sejam eles gestores, professores ou estudantes envolvidos com este Exame.

Palavras-chave: Ensino Médio. Enem. Governamentalidade. Práticas de governo.

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio é uma política de avaliação em larga escala de grande impacto no cenário educacional, pois produz efeitos no que se refere às instituições de ensino de um modo geral, mas também afeta estudantes, universidades, professores e gestores. Além disso, vimos crescer, nos últimos anos, um mercado educacional de simulados, aplicativos de correção de redações, de análise dos resultados, entre outros, voltado para a qualificação das escolas no desempenho no Exame, conforme discutiremos posteriormente.

Criado em 1998, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enem, de acordo com o site do instituto, tem como finalidade principal a avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos estudantes ao fim do Ensino Médio. Quando criado, conforme o Relatório Pedagógico 2009-2010 (BRASIL, 2013), era realizado anualmente e era composto por 63 questões interdisciplinares. Ao longo dos anos, porém, foi sofrendo alterações, como o fato de que, em 2004, o Ministério da Educação instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e vinculou a concessão de bolsas com os resultados do Exame. Já nesse ano de 2004, o Exame atingiu 2,2 milhões de participantes. Outra mudança significativa foi quando o Enem tornou-se uma das principais formas de acesso às Universidades Federais do país. Ainda conforme o Relatório, diante desta mudança, o Inep reformulou as Matrizes de Referência, com base nas Matrizes de Referência do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), estruturando o Exame em quatro áreas de conhecimento e em um currículo organizado por Competências e Habilidades. Com o passar dos anos, outros programas foram vinculados ao Enem, o que contribuiu para uma maior abrangência e importância do Exame no cenário educacional, tanto para escolas públicas e privadas.

De acordo com o Edital do Enem 2018, O Exame tem como "principal finalidade a avaliação individual do desempenho do participante ao final do ensino médio" e os resultados do Enem poderão:

[...] 2.2.2 permitir a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio ; 2.2.3 ser usados como mecanismo único, alternativo ou complementar para o acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior; 2.2.4 permitir o acesso do participante a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação superior; 2.2.5 ser utilizados como instrumento de seleção para ingresso nos diferentes setores do mundo do trabalho; 2.2.6 viabilizar o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira. (BRASIL, 2018, p. 54). [grifo nosso].

Podemos perceber, principalmente devido às diferentes finalidades que o Exame assumiu ao longo da última década, que sua importância cresce à medida que mais escolas e empresas do ramo educacional vêm criando estratégias na tentativa de auxiliarem os estudantes a obterem um bom desempenho no Exame e, assim, colocarem suas escolas em melhores colocações quando comparadas a outras escolas.

Em relação aos estudos já realizados sobre o Exame, destacamos o de Rocha e Ferreira (2017) que aborda o Enem como um dispositivo educacional que, desde sua reformulação em 2009, passou a assumir um espaço de grande importância nas mídias brasileiras. As autoras explicam que a publicidade em torno do Exame é feita por diferentes mídias, incluindo muitas campanhas realizadas pelo próprio Governo Federal, e que esta publicidade não apenas informa, mas ajuda a criar significados para esta avaliação. No artigo, as autoras destacam que:

Os resultados do Exame, quando noticiados nos meios de comunicação ou em propagandas e outdoors de instituições que “divulgam” o seu bom desempenho e o lugar que ocupam no ranking, marcam escolas e os sujeitos que trabalham e estudam nos espaços ranqueados. (ROCHA; FERREIRA, 2017, p.03).

No estudo em questão, as autoras analisam os discursos e representações sobre o Exame em propagandas oficiais de circulação na TV aberta. No caso desta pesquisa, buscamos analisar os efeitos do Exame nas escolas por meio de ações por elas realizadas, na sua maioria no âmbito curricular. Nas reportagens mapeadas, conforme destacado posteriormente, percebemos que estas “marcas” pontuadas por Rocha e Ferreira (2017) estão presentes em diferentes estratégias colocadas em práticas pelas escolas da pesquisa.

Na próxima seção, buscamos fazer uma discussão sobre os aportes teóricos do estudo, que nos ajudaram a enxergar o material empírico produzido e entender como estes efeitos do Exame conduzem as condutas de quem se envolve com a avaliação.

Dos aportes teóricos

Durante os cursos ministrados no final da década de setenta, no *Collège de France*, reunidos posteriormente sob o título de *Segurança, território, população*, Michel Foucault apresentou um novo termo: “governamentalidade”. Jorge Ramos do Ó, analisando os seus sentidos e usos ao longo do Curso de 1978, sugere que Foucault tenha cunhado esse neologismo “para indicar um tipo peculiar de literatura que, entre a segunda metade do século XVI e o final do século XVII, se foi crescentemente afirmando em torno de uma teoria proclamada como ‘arte de governo’” (Ó, 2009, pp. 98-99). Castro, em *Vocabulário de Foucault*, informa-nos que o filósofo utiliza esse termo para se referir “ao objeto de estudo das maneiras de governar” (CASTRO, 2009, p. 190). Indo na mesma direção, Machado sugere que o projeto foucaultiano era “explicar a gênese do Estado a partir das práticas de governo, da gestão governamental, ou da ‘governamentalidade’, que têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos” (MACHADO, 2010, p. XXIII).

Especificamente na aula do dia primeiro de fevereiro de 1978, uma das que compõem o Curso *Segurança, território, população*, ministrado entre os meses de janeiro e abril, Foucault apresenta-nos seu neologismo:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, virou-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Em *Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais*, Fimyar analisa a potencialidade do novo termo foucaultiano enquanto ferramenta conceitual capaz de nos auxiliar na operacionalização dos materiais empíricos produzidos durante os processos investigativos, precipuamente na área das Ciências Humanas. Foucault, separando a governamentalidade da arte de governo do Estado, permitiu que a mesma pudesse “ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas” (FIMYAR, 2009, p. 38).

Seguindo sua linha de raciocínio, podemos dizer que o governo passa a ser compreendido enquanto condução de condutas, “e não necessariamente em termos políticos, como tendemos a entender governo nos dias de hoje” (IBIDEM, p. 38-39). Empregaremos aqui o termo “governo” no mesmo sentido sugerido por Veiga-Neto e Lopes, em *Inclusão e Governamentalidade*, como “o conjunto de ações de poder que objetivam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952). Quanto ao termo “Governo”, o mesmo será usado como “tudo o que diz respeito às instâncias centralizadoras do Estado” (IBIDEM). Pensando na relação Governo/governo, seguimos as orientações de Veiga-Neto, reservando ao primeiro conceito o grifo em maiúscula. De acordo com o autor, aquilo que “se costuma chamar de governo é essa instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar. Nesse caso, a relação entre segurança, população e governo é uma questão de Governo” (VEIGA-NETO, 2005, p. 82).

Também se debruçando sobre o termo “governamentalidade”, Veiga-Neto e Saraiva, em *Educar como arte de governar*, sugerem que essa é uma ferramenta analítica que pode ressignificar alguns termos usados pelas Ciências Humanas, mas que já estão desgastados, revigorando-os. Um dos exemplos trazidos por esses autores diz respeito às grandes avaliações propostas pelo Governo:

A partir da governamentalidade e seus deslocamentos recentes para uma racionalidade neoliberal, pode-se entender, por exemplo, o crescimento das avaliações governamentais, tais como Enem e Enade, as transformações das propostas pedagógicas, as novas diretrizes para formação de professores. (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2011, p. 9).

Isso posto, acreditamos que usar a governamentalidade como uma ferramenta analítica permite-nos problematizar a contemporaneidade de modo a transgredir a atual ordem do discurso pedagógico, explorando a potência do neologismo foucaultiano nas pesquisas inscritas no âmbito educacional. Para isso, seguimos as sugestões de Fimyar, examinando “as práticas de governo em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política. Portanto, o papel da analítica de governo é o de diagnóstico” (FIMYAR, 2009, p. 37). Enquanto diagnóstico, nosso trabalho objetiva mostrar que as práticas de governo podem ser observadas sob uma perspectiva que põe em xeque o seu caráter natural, perscrutando o que é comumente tido como inquestionável (FIMYAR, 2009).

Mas, apesar de visualizarmos a potência que o uso da governamentalidade enquanto ferramenta pode dar à nossa pesquisa, precisamos atentar para o fato de que há limitações a serem consideradas. Conforme alerta Fimyar, esse conceito apresenta certas deficiências, como: “tudo poder ser potencialmente reunido sob sua bandeira, uma vez que é difícil delinear algum processo da sociedade ou do eu que não seja influenciado pela ‘conduta da conduta’, seja liberal ou autoritário” (IBIDEM, p. 46). Outra limitação diz respeito ao contexto para o qual o Foucault teria originalmente engendrado seu neologismo: os Estados liberais, “o que não é o caso dos países pós-coloniais e/ou pós-comunistas” (IBIDEM, p. 50). Tais balizamentos apontam para um uso restrito do termo, coisa que o próprio filósofo já apontava. Pois,

como nos faz lembrar Fimyar, Foucault nos convida a “usar e adaptar seus conceitos em determinados contextos empíricos, ao invés de tratá-los em um enquadramento teórico fechado” (IBIDEM, p. 51). Se o filósofo não tivesse ciência da limitação de suas teorizações e de seus usos conceituais, não incitaria seus leitores a criarem algo a partir disso, deixando-o para trás. Ele não queria ser tomado enquanto ídolo, modelo supremo. Pois,

Nem mesmo Foucault se manteve fiel a si mesmo, ao longo de sua própria trajetória intelectual; ao não querer montar um edifício teórico, o filósofo concedeu-se a liberdade de um filósofo nômade, permanentemente aberto à mudança e à errância. Não existem cânones foucaultianos. (VEIGA-NETO; RECH, 2015, p. 247).

É desse modo que pretendemos usar o neologismo foucaultiano, não como um conceito fechado, a ser aplicado em quaisquer circunstâncias ou acontecimentos que possam vir a nos afligir na contemporaneidade. Pegamos emprestado de Foucault muito de seu intelecto e de sua produção; mas tentaremos ir além disso, explorando algumas possibilidades ainda em suspenso, deixando espaços para a inventividade se fazer presente.

Sobre os materiais empíricos

Como pano de fundo para a produção dos materiais empíricos, utilizamos algumas reportagens de veículos de informação de fácil acesso e que traziam em seu conteúdo exemplos de escolas que promoveram alterações em suas propostas ou até mesmo contrataram serviços ou consultorias que visam a qualificação dos resultados dos estudantes. Para o estudo, selecionamos cinco reportagens originadas do Portal G1, do Jornal Estadão, do Jornal O Globo e da Revista Direcional Escolas, considerada uma revista para gestores escolares.

Neste estudo, a estratégia utilizada para operar sobre o material empírico, ou seja, os excertos das reportagens selecionadas, foi a análise do discurso com inspiração foucaultiana. Consideramos que tais efeitos mostrados nas reportagens fazem parte de uma rede discursiva em que as ideias sobre a importância das escolas serem bem-sucedidas no Exame reforçam-se entre si. À medida que as escolas fazem alterações em suas propostas e permanecem acompanhando seus resultados, os discursos sobre seus desempenhos e o que é feito para alcançá-los se retroalimenta. Entendemos que estes mecanismos de captura fazem parte de um discurso e, conforme discute Foucault, discursos se configuram “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 55), ou seja, constituem objetos e sujeitos imbricados nas produções que a linguagem estabelece (no caso, sobre o Enem).

Ao assumir que a linguagem constitui saberes e sujeitos, Foucault, de acordo com Veiga-Neto (2014), apoiado em Nietzsche e Wittgenstein, destaca o caráter arbitrário da linguagem. Os autores rompem – cada um com a sua contribuição – com a ideia de que os signos da linguagem apenas representam ou interpretam a realidade. Para eles, a linguagem constitui nosso pensamento e, a partir disso, constrói os sentidos que atribuímos às vivências deste mundo (VEIGA-NETO, 2014).

Nessa perspectiva, Veiga-Neto (2014) reflete que, ao nascermos em um mundo de linguagem e onde os discursos circulam desde muito tempo, acabamos nos tornando sujeitos desses discursos. Ele destaca ainda, inspirado em Foucault, que não há sujeito que existe isolado, fora de determinados discursos. Para o autor, não há possibilidade de de falarmos de um discurso estando fora dele. Nesse sentido, podemos entender que as instituições mapeadas neste estudo por meio das reportagens fazem parte de um discurso que tende a afirmar que boas escolas são aquelas que não somente obtêm bons resultados no Exame, mas também fazem alterações em suas propostas pedagógicas visando a obtenção de bons resultados. Ou seja, as instituições em geral são constituídas nessa rede discursiva.

Na próxima seção, buscamos mostrar as costuras analíticas produzidas a partir do material empírico reunido e a fundamentação teórica escolhida para embasar a discussão sobre os efeitos do Enem nas escolas analisadas.

Os efeitos do Exame Nacional do Ensino Médio e a condução das condutas escolares

Na análise dos materiais selecionados, percebe-se que uma das recorrências presentes nas reportagens é algum tipo de mudança incorporada pelas escolas no intuito de obterem melhores índices de desempenho no Enem, entre elas, alterações nas suas propostas curriculares. De maneira repetida, surgem nas enunciações propostas de modificações visando a melhoria de resultados, tais como mostram os excertos destacados:

O novo formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que será aplicado a partir deste ano, e o desempenho na prova de 2008 levaram escolas particulares de São Paulo a mudar a proposta pedagógica e até a contratar consultoria para tentar ampliar o número de alunos com notas altas na avaliação. Há casos de colégios que aumentaram o número de simulados^[1].

No Visconde de Porto Seguro, escola tradicional da capital, com mensalidade em torno de R\$ 1.500, o resultado ruim do Enem no ano passado - as unidades Morumbi e Panambý ficaram em 130º e 134º lugares, respectivamente - gerou mudanças. Para nortear a reestruturação, foi contratada uma consultoria - a direção do colégio não revelou o nome da empresa.^[2]

A busca de contratação de empresas externas, traduzida em investimento no alcance por resultado, estão entre as mudanças significativas inclusive de como devem ser organizados os conhecimentos e também estratégias de acompanhamento do desempenho dos estudantes, tal como empresas especializadas em simulados. Além disso, a própria contratação de consultorias externas para auxiliar as escolas neste processo de qualificação de resultados é algo recorrente. Também percebemos, no material, a necessidade encontrada de reestruturação da abordagem curricular de algumas instituições, tal como acontece com escolas que passaram a trabalhar com Competências e Habilidades e propostas interdisciplinares:

No colégio Santa Maria, na zona sul da capital, a ideia era conseguir uma adequação rápida. Por isso, o currículo passou a ser orientado por competências, priorizando a interdisciplinaridade e estimulando a criatividade.^[3]

No Vera Cruz (39º no ranking de SP), o currículo foi revisto para integrar conteúdos. As escolas Miguel de Cervantes, Mackenzie, Rio Branco, Pueri Domus e Sion estão aplicando testes semelhantes ao do Enem para treinar os alunos.^[4]

As duas escolas evidenciadas nos excertos acima mostram os efeitos do Exame nos currículos à medida que estes são adequados à proposta da avaliação. De acordo com o Relatório Pedagógico 2009-2010 (BRASIL, 2013), citado anteriormente, já com os novos Parâmetros

Curriculares Nacionais do Ensino Médio, de 2000, o currículo sofreu reformulações, pois passou a ser organizado em grandes áreas do conhecimento, diferentemente de como era anteriormente, estruturado por conteúdos disciplinares. De acordo com o Relatório, “essa organização buscou promover a articulação entre conhecimentos e objetos de estudo, de modo que a prática escolar se desenvolvesse em uma perspectiva interdisciplinar” (BRASIL, 2013, p.12). Assim, percebemos, que com o avanço da importância do Exame em âmbito nacional, esta perspectiva também passou a atingir cada vez mais instituições.

Analisar a empiria escolhida nesse artigo, a partir da perspectiva foucaultiana, por meio dos tensionamentos que os resultados do Enem produzem nas escolas, nos auxilia a considerar que os enunciados de que *as escolas modificam suas propostas pedagógicas para obter melhores resultados, para assim, obter melhores colocações no Enem*, produzem “verdades” sobre como elas serão reconhecidas de acordo com o desempenho que tiverem obtido ou não.

Considerar que, no campo da educação, particularmente, na etapa de escolarização do Ensino Médio, a “escola melhor classificada *noranking* do Enem” ou “pior classificada no *ranking* do Enem” como discurso, implica analisar os vínculos dessa colocação com as relações de poder-saber na constituição de regimes de verdade, que circulam nesse contexto contemporâneo. Como sublinha Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que ele de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos” (2003, p.8). Em efeito, a produção da “verdade”, para Foucault (2003), não estaria desvinculada das relações de poder que a apoiam, estando também articulada à positividade do discurso.

Destarte, o filósofo refere assim seu entendimento de verdade: “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2003, p.13). Ou, dito de outro modo, “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2003, p.14), estabelecendo relação entre a produção do discurso e a “verdade”.

É a partir desses entendimentos que as enunciações sobre as mudanças nas propostas pedagógicas das escolas – para um melhor desempenho no Enem – não só relatam, mas produzem as escolas inseridas nesse contexto. Assim, a ideia que parece ser fabricada é de que as instituições que obtêm melhores resultados oferecem um melhor ensino. Nessa direção, os enunciados sobre o Enem, enquanto prática, conduzem processos pedagógicos, gestores, professores e estudantes a propostas que visam resultados acadêmicos que possam ser reconhecidos a partir da colocação nos *rankings* nacionais. No âmbito de instituições privadas, isso pode significar um aumento da procura pela escola melhor colocada no *ranking*, uma vez que as famílias, também suscetíveis à captura do discurso pedagógico sobre os resultados, podem desejar que seus filhos tenham o “melhor preparo” para o ingresso no Ensino Superior.

Neste registro teórico, não cabe entrarmos no jogo do julgamento ou do binarismo, em que os efeitos produzidos podem ser “bons” ou “ruins”; isso não nos importa, como análise. Nossa intenção é mostrar como o Enem vem sendo condição de possibilidade para que, por meio de ações sobre ações, o Governo conduza o funcionamento das instituições de ensino, reguladas pelos índices e ranqueadas pela mídia, o que nos remete à discussão do filósofo sobre o poder disciplinar. Na aula de 14 de janeiro de 1976, no Collège de France, Foucault aprofunda conceitual e metodologicamente os estudos sobre o poder disciplinar, e, particularmente, sobre ‘como’ ele funciona.

Nesse entendimento, compreendendo o poder como ações sobre ações, condução que uns tentam imprimir às condutas alheias – dominação racional de uma parte sobre a outra (VEIGA-NETO, 2008), retoma-se aqui o conceito de governoamento. Importante retomar, conforme já anunciamos no início do trabalho, que Foucault faz uso da palavra governoamento para referir essa ação estruturante do eventual campo de ação dos outros. Assim, foi a partir dos séculos XVII e XVIII que a ciência política fez uma captura da palavra governoamento, tomando-a no sentido de dirigir as condutas de grupos pequenos, famílias, crianças, mulheres (VEIGA-NETO, 2008). Veiga-Neto ao perscrutar a palavra governoamento sublinha que:

[...] se trata de uma derivação sufixal imprópria, ou seja, uma derivação por sufixação que, no caso, criou um substantivo a partir de um verbo (governar). Trata-se, aqui, de fazer uma referência —na forma nominativa substantivada— à “ação de governar”, que, nos seus sentidos mais arcaicos significava “executar uma ação de conduzir ou dirigir as ações alheias”. (VEIGA-NETO, 2002, p.16).

O mesmo autor, ao destacar que as práticas de governo, entendidas por Foucault, não são ações exercidas ou assumidas por *unfstaff* que poderia ocupar uma posição central no Estado, mas sim, são entendidas como ações que se distribuem microscopicamente no tecido social; por isso soa mais claro falarmos em “práticas de governoamento” (VEIGA-NETO, 2002).

Como já destacado anteriormente, Veiga-Neto e Lopes entendem o governoamento como “o conjunto de ações de poder que objetivam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952). Sendo assim, podemos entender as estratégias utilizadas pelas escolas deste estudo como mecanismos de condução de condutas e, consequentemente, de governoamento de si mesmas e dos sujeitos que nela circulam (gestores, professores e estudantes). Para os autores, “[...] pode-se dizer então que, de certa maneira, o governoamento é a manifestação ‘visível’, ‘material’, do poder.” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 953). Nesse sentido, vimos operar a lógica do poder disciplinar no momento em que as instituições promovem mudanças que geram efeitos nas condutas dos sujeitos que nela se inserem (gestores que contratam consultorias, professores que têm sua carga horária ampliada ou diminuída, estudantes que permanecem na escola em tempo praticamente integral, entre outros).

Uma das estratégias observadas no material empírico diz respeito ao aumento da carga horária. Segundo os excertos abaixo destacados, a escola amazonense que decidiu estender seu turno de trabalho obteve a melhor nota no Enem no ano de 2014, conforme o *ranking* divulgado por estados:

O Colégio Laviniense Ensino Integrado, escola com melhor nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014 no Amazonas, aposta na carga horária estendida e na boa relação entre professores e alunos para obter bom desempenho dos estudantes em sala de aula.^[5]

Nesta mesma reportagem, a coordenadora cita o exemplo da disciplina de Química que teve a carga horária ampliada de três para cinco vezes na semana. De acordo com ela, o *livro não mudou, mas aquilo que a professora dava em três aulas, hoje ela dá com mais propriedade*:

A coordenadora citou o exemplo das aulas de química que eram ministradas três vezes na semana e que passaram a ser aplicadas cinco vezes. “O livro não mudou, mas aquilo que a professora dava em três aulas, hoje ela dá com mais propriedade, mais segurança, com mais tranquilidade, fazendo com que o aluno aprenda de fato e fizemos isso com todas as disciplinas”, acrescentou.^[6]

Nos excertos, observa-se que o pressuposto assumido pela escola é o de que um tempo maior de estudo possibilitaria ao aluno uma aprendizagem de maior qualidade, já que o professor teria mais tranquilidade para desenvolver os conteúdos necessários para o sucesso no

Enem, não precisando passar por eles superficialmente. Em outra reportagem ainda, a diretora de uma escola paulista explica que também houve investimento em um currículo com uma carga horária ampliada, conforme excerto da reportagem abaixo que explica que os alunos do Ensino Médio têm atividade integral, seja todos os dias ou em parte da semana:

Três vezes por semana, a 1ª e a 2ª séries do Ensino Médio têm atividades em período integral, com 11 aulas/dia. Com a 3ª série, esse esquema de aulas acontece de segunda a sexta-feira.^[7]

Nesta mesma instituição, de acordo com a reportagem, investe-se ainda em mais suporte para os estudantes quando os vestibulares e o Enem se aproximam:

Conforme o Enem e os vestibulares vão se aproximando, oferecemos mais suporte para que os alunos se sintam cada vez mais confiantes. Acreditamos que a aprendizagem efetiva se dá ao longo de toda a trajetória.^[8]

Podemos perceber, nos excertos evidenciados, que um novo modo de conduzir as condutas dos gestores, professores e alunos é posto em movimento nessas instituições. Na tentativa de resguardar os *rankings* obtidos anteriormente ou até mesmo de qualificar resultados considerados não tão satisfatórios, o planejamento passa a ser repensado, o currículo remodelado e as estratégias de ensino da mesma forma.

Instaura-se uma nova estratégia de conduzir as condutas do seu público alvo, tendo por mote aquilo que é considerado relevante para um aluno atingir um bom desempenho no Exame e em vestibulares em geral. O aumento da carga horária de algumas disciplinas visando a obtenção de um melhor desempenho em áreas consideradas “de maior dificuldade”, as aulas estendidas para os estudantes da 3ª série do Ensino Médio todos os dias da semana, o suporte para os estudantes quando o Exame se aproxima, entre outras estratégias, podem ser entendidas como um conjunto de ações de poder que provocam efeitos nos sujeitos e operam sobre suas condutas.

Outro aspecto recorrente nos materiais empíricos diz respeito às contratações de profissionais externos à escola para auxiliar na qualificação dos desempenhos dos estudantes. Como já destacado, uma das empirias faz referência à contratação de uma consultoria especializada, visando a otimização das notas discentes no Exame. Outra empiria mostra a contratação de especialistas externos para auxiliar na aprendizagem dos estudantes, tais como profissionais contratados, provavelmente através de uma empresa com um programa já organizado, para a correção das Produções Textuais dos estudantes, como destacado a seguir:

(...) a correção “cega”, em que o corretor da redação não tem contato com os alunos, assim como nas provas do vestibular, foi importante. “Trabalhamos desde o 9º ano com correção externa. Os alunos fazem três redações obrigatórias por bimestre. Elas vão para uma equipe de oito corretores e voltam com comentários e indicações, para que os alunos reescrevam”, explica Patrícia. “O foco dele fica no texto, na estrutura. Ele não tem ligação nenhuma com o aluno e isso faz a diferença”.^[9]

No caso referido, os profissionais externos que corrigem as redações, complementam o trabalho realizado pelos professores, trazendo uma outra *expertise* que, de acordo com a reportagem, ajuda a melhorar o desempenho da competência escritora dos alunos. Percebemos, também, que muitas escolas buscam a contratação de empresas que realizam simulados, pois estes também são vistos como formas de qualificar o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes:

Há, desde a 1ª série, um calendário de simulados de vestibulares e do Enem, que vai se intensificando à medida que as séries vão avançando.^[10]

Joselia disse também que simulados são realizados com frequência para “iniciar” o aluno como vestibulando.^[11]

Nesta esteira, que contempla a busca por programas externos de simulados, correções de redações, consultorias, entre outros, percebemos a tentativa das escolas de aprimorarem seu posicionamento por meio da assessoria especializada de outras empresas e profissionais. Maria Isabel Bujes, ao problematizar os desencaixes da escola contemporânea, faz referência a um pensamento especializado que vem atualmente prosperando no Brasil, a chamada “cultura da performatividade”.

Seguindo o raciocínio de Bujes, podemos dizer que:

O recurso à *expertise* constitui uma estratégia de legitimação, um modo de revestir as escolhas de uma ‘aura’ de respeitabilidade que é, em nossa sociedade, conferida ao que é considerado como científico. Através dela, obtém-se uma justificação política, pedagógica e epistemológica para empreender determinados modos de intervenção, vistos como desejáveis. (BUJES, 2012, p. 165).

Nesse sentido, entendemos que as instituições também buscam legitimar suas propostas de alterações e inovações por meio de recursos externos, que oferecem uma *expertise* diferenciada. Esta legitimação pode ser entendida como uma forma que também contribuirá com as ações da instituição na condução dos sujeitos em busca do melhor desempenho dos estudantes.

Considerações

No escrutínio dos materiais selecionados percebemos uma série de estratégias e investimentos de diversas modalidades nas escolas, com vistas à melhoria dos resultados no Enem. Carga horária ampliada, olhares de profissionais externos, simulados, entre outros artefatos envolvendo o currículo escolar que produzem os sujeitos que deverão se desempenhar bem no Enem, para garantirem bons resultados para si e para a escola em que estão inseridos.

As avaliações de larga escala, nesse caso, o Enem, são políticas que tensionam as escolas regulando as ações de todos os envolvidos nesses contextos, estando as tecnologias de governo continuamente presentes no cotidiano das escolas, aqui, particularmente, engendradas nas ações com vistas aos melhores resultados no Exame.

Na esteira dessas reflexões, para os encaminhamentos finais, tomamos emprestado o que Veiga-Neto (2011) sublinha sobre o entendimento de Foucault (1995), quando o filósofo refere o conceito de liberdade, enquanto um estado transitório, em que os sujeitos individuais e coletivos

terão um arsenal de possibilidades de variadas condutas, variadas reações e diversos modos de comportamento que poderão ocorrer. Dito de outro modo, os sujeitos terão algumas possibilidades diante deste cenário, estando diante de liberdades reguladas. A partir desse entendimento o autor vai dizer que o “poder só se exerce sobre sujeitos livres”(VEIGA-NETO, 2011, p.16), ou seja, só há poder se existir alguma chance de deslocamento, fuga ou escape racional, por parte de quem sofre a ação. Em síntese, poder e liberdade se conectam e não se excluem, num jogo em que a liberdade é condições de possibilidades para o poder (VEIGA-NETO, 2011).

Nesse sentido, podemos entender que as escolas analisadas nas reportagens, que buscam alternativas às suas propostas curriculares, lidam com as possibilidades que o cenário educacional oferta no que cerne às avaliações externas. De certo modo, as instituições elegem determinadas condutas que, no seu entendimento, são mais produtivas que outras no contexto em que estão inseridas. Nesse sentido, há uma certa liberdade de escolhas, porém, elas são reguladas pelos discursos que reforçam a ideia de que boas escolas obtêm bons desempenhos no Exame.

Nessa perspectiva, o abrandamento da presença do Estado - aqui representado pelas avaliações em larga escala - não significa seu enfraquecimento; pelo contrário, significa a sua presença em cada prática institucionalizada ou não. O Estado está em cada sujeito; “não há como fugir à sua captura, cada vez mais sutil e eficiente” (LOPES, 2009, p.166).

Entender sobre como estamos sendo governados na atualidade, como o mundo vem se constituindo e permanentemente se reconstituindo, como os modos de governar os outros e a si mesmo estão se modificando, parece ser um imperativo na contemporaneidade no sentido de pensarmos as práticas escolares e as teorizações educacionais a elas relacionadas, bem como ilustrar alguns dos efeitos que as avaliações em larga escala, como o Enem, geram no currículo escolar, nos gestores, professores e estudantes.

Notas

[1] Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/geral/novo-enem-faz-colegio-modificar-curriculo-e-contratar-consultoria.422288> Acesso em: 11. fev. 2018.

[2] Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/geral/novo-enem-faz-colegio-modificar-curriculo-e-contratar-consultoria.422288> Acesso em: 11. fev. 2018.

[3] Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/geral/novo-enem-faz-colegio-modificar-curriculo-e-contratar-consultoria.422288> Acesso em: 11 fev. 2018.

[4] Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/geral/novo-enem-faz-colegio-modificar-curriculo-e-contratar-consultoria.422288> Acesso em: 11 fev. 2018.

[5] Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/08/escola-do-am-com-melhor-nota-no-enem-trabalha-carga-horaria-estendida.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

[6] Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/08/escola-do-am-com-melhor-nota-no-enem-trabalha-carga-horaria-estendida.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

[7] Disponível em: <http://direcionalescolas.com.br/2015/11/10/curriculo-escolar-para-o-ensino-medio-enem-vestibular-e-as-propostas-pedagogicas/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

[8] Disponível em: <http://direcionalescolas.com.br/2015/11/10/curriculo-escolar-para-o-ensino-medio-enem-vestibular-e-as-propostas-pedagogicas/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

[9] Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/escola-top-em-redacao-do-enem-em-sp-submete-textos-correcao-cega.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

[10] Disponível em: <http://direcionalescolas.com.br/2015/11/10/curriculo-escolar-para-o-ensino-medio-enem-vestibular-e-as-propostas-pedagogicas/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

[11] Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/08/escola-do-am-com-melhor-nota-no-enem-trabalha-carga-horaria-estendida.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital Enem 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2018/edital_enem_2018.pdf. Acesso em: 8 abr. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): relatório pedagógico 2009-2010 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : O Instituto, 2013. 133 p. : il.

BUJES, Maria Isabel E. Cultura da performatividade, expertise e os desencaixes da escola contemporânea. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de A. (Org.). **Estudos Culturais e educação**: Desafios atuais. Canoas: Editora da ULBRA, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** - um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

CORSINI, Maura. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Realidade** - Porto Alegre v. 34 n. 2 p. 1-294 mai./ago. 2009.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. **Educação & Realidade**, n. 34, v. 2, mai/ago 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. **Educação & Realidade**, n. 34, v. 2, mai/ago 2009.

ROCHA, Paula Del Ponte; FERREIRA, Maira. O Enem como dispositivo educacional e sua representação nas mídias. In **7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação/ 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação**, 2017, Canoas, RS. Canoas, RS: ULBRA, 2017. Disponível em: http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1494910349_ARQUIVO_OEnemcomodispositivoeducacionalesuarepresentacaonasmidias.pdf. Acesso em 2 mai. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governo. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez 2005.

VEIGA-NETO, A.; LOPES; M. C. Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 645-1272, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.) Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.1, pp.5-13, Jan/Jun 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault? In: KIRCHOF, E. R.; WORTMANN, M. L.; COSTA, M. V. (Org.) **Estudos culturais & educação**: contingências, articulações, aventuras, dispersões. Canoas: Editora ULBRA, 2015.